

### Recomendação n.º 31

## **Impactos socioeconómicos nas comunidades piscatórias nas Regiões Ultraperiféricas**

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) da Europa têm em comum o seu afastamento e dependência face aos recursos oceânicos. A Política Comum da Pesca (PCP) foi concebida para regular a pesca nas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) europeias e a pesca internacional por parte das frotas da União Europeia (UE). Tem por objetivo disponibilizar um conjunto de quadros de gestão para um setor da pesca sustentável que tenha em conta os direitos e as necessidades de todas as partes interessadas e todos os interessados, de modo uniforme, quando se trata de recursos comuns e frequentemente partilhados a nível internacional. O art. 349.º da PCP prevê que as políticas relativas à pesca devem «contribuir para um nível de vida equitativo para aqueles que dependem das atividades de pesca, tendo em conta a pesca costeira e os impactos socioeconómicos nas comunidades». Contudo, as necessidades específicas da pequena pesca nas regiões ultraperiféricas não são frequentemente tidas em conta de forma adequada e o incumprimento do art. 2.º da PCP significa que as comunidades das regiões ultraperiféricas enfrentam graves problemas sociais e económicos.

As práticas de pesca nas regiões ultraperiféricas contribuem muito para a economia e a subsistência das suas comunidades. Na realidade, no que respeita a vários territórios, a pesca é uma fonte fundamental de rendimento de que muitas famílias dependem. A pesca desempenha um papel importante para elevar o nível de vida e fornecer uma alimentação adequada, nomeadamente, às comunidades menos favorecidas. Além disso, os métodos de pesca tradicionalmente utilizados nas RUP constituem um importante valor geracional e cultural. A PCP é uma oportunidade para dar apoio aos meios de subsistência e às culturas das comunidades costeiras nas regiões ultraperiféricas. No entanto, no presente, é possível observar um desfasamento entre uma política das pescas com base numa experiência do continente europeu muito diferente das realidades existentes nas regiões ultraperiféricas, por exemplo, em termos de conhecimento dos recursos ou das infraestruturas no mar e em terra.

## **A distribuição desigual das capturas dificulta o desenvolvimento da pesca de pequena escala**

Nos Estados-Membros da União Europeia (UE), algumas partes interessadas de alguns Estados-Membros consideram que a distribuição das oportunidades de pesca está concentrada em certas frotas. É o caso da Espanha, onde as regiões ultraperiféricas e o continente partilham parte dos recursos pelágicos. Um relatório da Comissão Europeia de 2019 refere que algumas quotas de atum não estão distribuídas de forma equitativa entre as diferentes comunidades. Por exemplo, a distribuição da quota espanhola de atum rabilho (*Thunnus thynnus*) não é equitativa entre a frota continental (272 navios, capitalizando 3.313 toneladas) e a frota das Canárias (286 navios, capitalizando 249 toneladas). Além disso, o coeficiente de Gini relativo à distribuição da quota do atum rabilho para a frota continental é de 0,74, mostrando uma acentuada desigualdade, enquanto para a frota das Ilhas Canárias é de 0,25. Este facto prejudica as frotas costeiras das regiões ultraperiféricas, que utilizam artes de pesca tradicionais que geralmente capturam volumes relativamente pequenos, embora maximizem os benefícios socioeconómicos por unidade capturada. Na maioria das vezes, as frotas de pequena escala não recebem quotas proporcionais ao seu valor e há uma clara necessidade incontestável de melhorar a equidade da distribuição em várias regiões.

Além disso, é importante realçar que as unidades populacionais de peixes pelágicos migram com as correntes de água quente. Por conseguinte, a sobrepesca, particularmente de juvenis, com dispositivos de concentração de peixes de deriva (DCP derivantes) pode ter um impacto direto na disponibilidade destas unidades populacionais distribuídas para as frotas de pequena escala nas RUP.

É necessária uma maior transparência na forma como as quotas são distribuídas pelos Estados-Membros, com vista a promover a igualdade e garantir que a PCP seja um sistema com base em critérios que apoiem o valor ambiental e social das frotas de pesca pelágica tradicionais e de pequena escala. Finalmente, a concorrência desleal e ilegal no acesso às unidades populacionais por parte das frotas estrangeiras dificulta o desenvolvimento da pesca nas regiões ultraperiféricas da Europa.

Neste âmbito, o **CCRUP recomenda a separação e a manutenção específicas de uma proporção suficientemente grande das quotas para garantir que as necessidades fundamentais das frotas pesqueiras, particularmente as de atum nas RUPs, sejam apoiadas e prioritárias no futuro.**

\* Opinião do Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins (CNPMEM)

O CNPMEM considera que, no contexto da pesca pelágica, não é adequado contraporem-se as várias atividades de pesca existentes em termos das suas atividades e das artes que utilizam. Deve incentivar-se os Estados-Membros a trabalhar a nível interno na questão da distribuição das possibilidades de pesca, para que o nível de discussão regional se adeque à realidade no terreno, porque os métodos de distribuição das capturas não são os mesmos em todas as regiões ultraperiféricas.

**A sobrepesca coloca em risco a alimentação e os meios de subsistência**

O oceano constitui uma fonte alimentar fundamental para muitas comunidades nas regiões ultraperiféricas, porquanto o oceano é um dos seus principais recursos, permitindo-lhes satisfazer as suas necessidades diárias. É importante que esta fonte alimentar seja preservada para garantir que as gerações futuras das comunidades nas regiões ultraperiféricas continuem a dispor de uma fonte saudável e fiável de proteínas animais exploradas de forma sustentável e com uma pegada de carbono reduzida. A regulamentação deve garantir que as necessidades das comunidades costeiras e das suas frotas de pesca no âmbito da pesca de espécies pelágicas não sejam comprometidas.

Os Totais Admissíveis de Captura (TAC) devem cumprir os pareceres científicos. Por seu lado, a Comissão Europeia (CE) deve garantir que a sua quota global e as suas capturas estejam de acordo com estes pareceres. Além disso, nas águas das regiões ultraperiféricas, que são conhecidas por serem locais importantes de biodiversidade e uma fonte fundamental de alimentação para as suas comunidades, a pesca ilegal (INN) deve ser objeto de um melhor controlo para proteger a vida marinha e os meios de subsistência das comunidades locais de pescadores.

A pesca INN é a principal ameaça à sustentabilidade das unidades populacionais e à proteção do ecossistema marinho. Desta forma, a Comissão Europeia deve encontrar um lugar legítimo nos fóruns de gestão da pesca, em particular, na América do Sul e na África Oriental, com vista a defender os interesses dos pescadores das regiões ultraperiféricas e a sustentabilidade das unidades populacionais. É também conveniente realçar que, nos casos de pesca em ambientes especialmente sensíveis à poluição terrestre, a gestão ecossistémica das lagoas e faixas costeiras é preferível à gestão da pesca baseada nas unidades populacionais.

Antes de determinar uma sobrepesca efetiva, seria conveniente, em particular, no que se refere às unidades populacionais de pelágicos, levar a cabo um esforço de investigação internacional, coordenado pelas ORGP.

**O CCRUP recomenda que a CE tome medidas pró-ativas para apoiar um aumento da proporção da quota do atum que pode ser capturado com recurso a métodos de pesca sustentáveis e mais conformes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).**

### **Emprego**

A pesca de pequena escala é uma fonte fundamental de emprego nas comunidades costeiras de todo o mundo, em especial, nas regiões ultraperiféricas. Em termos internacionais, a pesca de pequena escala dá emprego a muitas pessoas por unidade de produção e, por isso, deve ser valorizada para contribuir para a subsistência socioeconómica das comunidades locais. No que se refere à frota da UE em particular, a pesca de pequena escala nas RUP representa mais de metade do emprego, porém, a pesca de pequena escala recebe uma parte desigual do apoio da CE em termos de acesso ao mercado e de subsídios. As tradições e atividades de pesca diferentes são diferentes das ações na Europa continental e, por conseguinte, os atuais instrumentos da PCP são desadequados e deveriam, pelo contrário, investir mais no apoio à pesca de pequena escala. **O CCRUP recomenda que a Comissão Europeia reveja os limites de utilização das ajudas para ter em conta a especificidade das regiões ultraperiféricas.** Em especial, este é o caso da renovação da frota de pesca que, atualmente, não é aplicável, embora seja fundamental para a sobrevivência da pesca nas regiões ultraperiféricas.

É essencial que os subsídios sejam distribuídos equitativamente com vista a dar a todos os pescadores oportunidades iguais de beneficiarem da pesca a longo prazo. Os subsídios podem ser redistribuídos para prestar um melhor apoio à pesca de pequena escala nas RUP e, ao fazê-lo, aproveitar o seu valor cultural e social para envolver e apoiar as futuras gerações de pescadores.

**O CCRUP recomenda que a CE apoie a realização de novas investigações sobre as vantagens socioeconómicas da pesca do atum nas RUP e utilize os resultados para apoiar melhor e promover esta pesca de pequena escala no futuro.**

## **Regionalização**

Devido aos desafios únicos que a pesca e as comunidades piscatórias das regiões ultraperiféricas enfrentam, torna-se fundamental um processo de regionalização eficaz para envolver o conjunto das atividades de pesca na gestão da pesca.

Sem a regionalização, as necessidades de muitas atividades de pesca, particularmente, as de pequena escala nas regiões ultraperiféricas, não seriam satisfeitas. Neste sentido, a CE tomou medidas importantes nos últimos anos para levar em conta as operações e as necessidades específicas dos Estados-Membros. No entanto, continua a haver desafios, como a tradução de documentos da CE para diferentes línguas e a falta de interpretação (incluindo português, espanhol e francês) nas reuniões. Nem todos os documentos são distribuídos com traduções para estas línguas maternas (refira-se, em especial, o atual documento de trabalho sobre oportunidades de pesca para 2023, que só está disponível em inglês) e, como muitos operadores nas RUP são pequenas organizações locais com poucos funcionários administrativos que não entendem inglês, isto prejudica o seu envolvimento e a implementação de um processo completo de regionalização. Deste modo, mais uma vez, o **CCRUP recomenda que toda a documentação (documentos de trabalho, proposta de regulamento, etc.) e as reuniões de partes interessadas sejam objeto de tradução e interpretação para português, espanhol e francês**, no mínimo, para facilitar o envolvimento dos pescadores nas RUPS, para que a CE possa ter um conhecimento pleno da opinião das referidas partes interessadas durante os processos de consulta que podem dar origem a mudanças importantes nas suas práticas.

### **\*Opinião da Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza (ATAN)**

A ATAN considera que quase nenhum dos pontos tem relação entre o seu título e a recomendação que consta ao final do mesmo. Além disso, consideram que estão justificados de forma incompleta e não são fornecidos dados para validar as declarações incluídas e, quando fornecidos, a fonte não é citada, nem a fonte das citações de outros. Em relação ao ponto da renovação da frota, que será objeto de análise aprofundada do grupo focal no próximo ano, consideram que não está bem justificada e que seria melhor eliminá-lo.